

A crise no Burundi e as suas implicações regionais

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

O continente africano continua a ser terreno fértil para golpes de estado. Após o derrube de Blaise Compaoré no Burkina Faso, diversos analistas manifestaram a expectativa de que havia chegado o momento para a libertação de África do jugo de líderes que se perpetuam no poder indefinidamente. Os acontecimentos iniciais de Maio de 2015, no Burundi, vieram dar uma breve esperança a quem aspirava pela mudança no continente. Porém, a situação inverteu-se muito rapidamente. Ao fim de duas semanas de protestos violentos na capital, Bujumbura, o antigo chefe dos serviços de inteligência, o Major-General Godefroid Niyombare, anunciou o derrube do presidente Pierre Nkuruzizza, aproveitando a ausência do Chefe de Estado do país que se deslocara à vizinha Tanzânia para discutir a crise política no Burundi. No entanto, a facção militar a favor do derrube do presidente viu-se confrontada com uma forte força leal a Nkuruzizza. Durante dois dias, a capital foi dominada por violentos confrontos armados e incerteza sobre quem controlava Bujumbura. Por fim, o golpe acabou num fracasso e vários líderes golpistas foram detidos. Entretanto, Nkuruzizza regressou ao país, afirmando estar mais uma vez com o pleno controlo da situação.¹

Na origem das manifestações populares que antecederam a tentativa de golpe de estado, estiveram anos dominados por corrupção e incompetência da parte das autoridades, o aumento da repressão política e a tentativa de Nkuruzizza, em Março de

2014, de alterar a constituição.² Não obstante, o elemento que despoletou o golpe foi o anúncio da candidatura de Nkuruzizza a um terceiro mandato presidencial, tendo gerado um forte debate acerca da interpretação do Artigo 96 da Constituição, segundo o qual “o Presidente da República é eleito por sufrágio universal directo por um mandato de cinco anos renovável uma vez”. Ora, percebem-se as posições divergentes ao se considerar que Nkuruzizza foi nomeado pela Assembleia Nacional, e não através de eleições, para iniciar o primeiro mandato.

A crise no Burundi teve por base uma disputa entre, por um lado, garantir a continuidade e estabilidade e, por outro, aprofundar a democracia. No entanto, importa notar que essa disputa teve não apenas uma dimensão interna, mas também externa, tendo esta sido decisiva para os diferentes destinos seguidos no Burkina Faso e no Burundi. Por outras palavras, apesar de ambos apresentarem características semelhantes, a continuidade de Nkuruzizza deveu-se, em larga medida, à centralidade de Bujumbura para a estabilidade económica, política e social da região.

Um país crucial para a estabilidade regional

A Comunidade da África Oriental (CAO), formada com o objectivo de aprofundar a cooperação política, económica e social entre os Estados-membros—Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia

1 “Burundi coup figure admits defeat after day of fighting in capital” (*The Guardian*, 15 de Maio de 2015).

2 A proposta de alteração permitir-lhe-ia concorrer a um terceiro mandato e alteraria a maioria necessária para a aprovação de leis no Parlamento de dois terços dos votos para uma maioria simples. A proposta foi no entanto chumbada apenas por um voto.



e Uganda—, tem apresentado elevados níveis de crescimento e desenvolvimento económico. Tendo em vista impulsionar o mercado regional e criar um mercado único, a CAO tem vindo a desenvolver projectos multimilionários, como estradas, uma linha férrea de 1700 quilómetros que atravessa a região e a construção de um oleoduto regional. Estes projectos espelham a seriedade com que esses países olham para o desenvolvimento da economia regional. Ora, o Burundi é parte integrante desta estratégia, na medida em que a capital está inserida nas rotas comerciais a serem desenvolvidas. Com isto em mente, o derrube de Nkuruzizza, ou uma escalada nas tensões, resultaria em incerteza política e na incapacidade de alocação de recursos, nomeadamente devido à interrupção da ajuda externa—representa cerca de 40% do rendimento nacional—,³ prejudicando em última instância o aprofundamento da CAO.

A localização do Burundi na intersecção entre o Ruanda, a Tanzânia e a República Democrática do Congo (RDC) tem também implicações geopolíticas. A Agência da ONU para os Refugiados estima que, fruto da crise, mais de 105 mil pessoas tenham fugido do Burundi,⁴ com a grande maioria a deslocar-se para os países vizinhos mais próximos.

Ainda que a guerra civil no Burundi, entre as etnias Hutu e Tutsi, tenha terminado em 2006, a região continua a debater-se exactamente com as mesmas tensões. Um novo conflito no Burundi daria um novo impulso a esses focos de instabilidade, o que por seu turno teria um papel desestabilizador na RDC, em particular nas províncias orientais. Acresce que o Ruanda tem características étnicas semelhantes às do Burundi. Deste modo, a instabilidade e o conflito em Bujumbura poderia ter repercussões na política interna ruandesa. Importa lembrar que a guerra civil no Burundi andou de mãos dadas com o genocídio do Ruanda em 1994, tendo o conflito alastrado posteriormente ao Congo e despoletado um golpe de estado em Kinshasa. Convém ainda considerar o impacto da onda de refugiados na Tanzânia. Nos últimos dias, o governo de Dar es Salaam recebeu cerca de 70 mil refugiados⁵ do Burundi que se juntaram aos milhares já existentes no país resultantes dos múltiplos conflitos que têm assolado a região ao longo dos anos mais recentes.

Apesar de hoje em dia as tensões entre as etnias Hutu e Tutsi não serem tão prominentes na região, e em particular no Burundi—muitos dos que se opõem a um terceiro mandato de Nkuruzizza pertencem ao seu grupo étnico, Hutu—, a abundância de armas e grupos armados leva inevitavelmente a que não se exclua a possibilidade de ocorrência de confrontos violentos.

Reconhecendo a ameaça representada pelos grupos armados, a ministra dos Negócios Estrangeiros do Ruanda, Louise Mushikiwabo, afirmou, aquando do início dos confrontos no Burundi, ter informações de que elementos do grupo rebelde

FDLR—as Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda, um grupo rebelde composto maioritariamente por elementos da etnia Hutu—teriam atravessado a fronteira da RDC para o Burundi e que poderiam envolver-se directamente nos tumultos.⁶ Tendo isto em conta, a ministra disse que “[e]mbora respeitemos a soberania do Burundi em lidar com assuntos internos, o Ruanda considera a segurança da população inocente uma responsabilidade regional e internacional”,⁷ abrindo assim a porta a uma possível intervenção militar caso a situação se deteriore.

Tendo em conta a existência de grupos armados no leste da RDC que se opõem ao governo de Paul Kagame, o Ruanda não pode permitir um aumento de tensões ao longo das suas fronteiras. No entanto, as autoridades em Kigali reconhecem que uma intervenção no Burundi poderá levar à mobilização de forças anti-Ruanda na RDC, incluindo a FDLR. Eventualmente, poderia dar-se o caso de outras forças regionais serem também elas arrastadas para o conflito. Na última vez em que as forças do Ruanda atravessaram a fronteira com a RDC para perseguir membros destes grupos, o conflito durou vários anos, atraiu nove países e cerca de 20 grupos armados, resultando em mais de cinco milhões de mortos.⁸

Além de pretenderem paz e estabilidade, os líderes dos Estados-membros da CAO desejam também evitar a criação de um precedente que leve à ingerência externa e interna nos seus também longos mandatos. Neste contexto, destacam-se Yoweri Museveni no Uganda, que em 2005 eliminou o limite constitucional de mandatos, e Kagame, o qual deu já sinais de que poderá fazer o mesmo. Posto isto, a continuidade de Nkuruzizza valida a governação autoritária dos líderes regionais e o seu papel como garante máximo da lei e da ordem na região.

Agir rapidamente para evitar o pior

A situação no Burundi permanece por estabilizar. A tentativa de golpe de estado veio dar um novo fôlego aos movimentos de oposição a Nkuruzizza, com pequenas manifestações populares presentemente a ter lugar em algumas partes da capital. Não será assim de excluir uma crescente polarização, mais fricção política e, possivelmente, novos confrontos violentos.

Por outro lado, é expectável que a oposição e a comunicação social sejam alvo de repressão. É igualmente previsível que possa ocorrer uma mudança profunda nas chefias militares, com o intuito de conter as vozes dissidentes. Tudo isto poderá antagonizar grupos influentes no país. Acresce que, tal como a história da região demonstra, um aumento de tensões terá uma natureza política em que a origem étnica é utilizada como um instrumento de manipulação e mobilização de massas.

Caso surjam novos conflitos armados no Burundi entre diferentes facções militares, é provável que as perdas humanas

3 “The World Fact Book” (CIA, 24 de Abril de 2015).

4 “More than 105,000 have fled Burundi, UN refugee agency says” (*Reuters*, 15 de Maio de 2015).

5 “Africa: Burundi Refugees Exceed 105,000 - Over 70,000 in Tanzania Alone” (*Oxfam International*, 17 de Maio de 2015).

6 Importa notar que a FDLR tem estado activa na RDC desde que fugiram do Ruanda após o genocídio de 1994. “Rwanda Sees Increasing Risk of Burundi Violence From Rebels” (*Bloomberg*, 13 de Maio de 2015).

7 “Statement by the Ministry of Foreign Affairs of Rwanda: Rwanda expresses serious concern over Burundi deteriorating situation” (Republic of Rwanda, 5 de Maio de 2015).

8 “Five Million Dead and Counting” (*Slate*, 14 de Novembro de 2008).



sejam maiores do que durante a guerra civil. Tal justifica-se pelo facto de os militares se encontrarem melhor preparados e equipados, fruto da sua participação em missões de manutenção de paz da ONU e União Africana.

Os governos da região reconhecem a volatilidade da situação. De forma a evitar um aumento perigoso nas tensões, urge que os líderes regionais actuem rapidamente. Uma possível abordagem será convencer Nkuruzizza a não concorrer às eleições de Junho de 2015. Outra será adiar as eleições e persuadir o presidente a demitir-se, promovendo ao mesmo tempo a formação de um governo de transição. Com isto em mente, e considerando a importância estratégica de ter no Burundi um presidente forte e sobre o qual os líderes regionais consigam exercer influência, descobrir o candidato presidencial mais apropriado será uma tarefa crucial, ainda que muito complicada.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Parceiros



Mecenas

